



EDITAL Nº 047/2023

PROCESSO nº 0107/2023-PMA

PREGÃO PRESENCIAL nº 017/2023 - PMA

1 – PREÂMBULO

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM TROCA DE LUMINÁRIA EXISTENTE DE FATOR: MERCÚRIO, METÁLICA E SÓDIO POR LUMINÁRIA LED”.

1.1 – A **PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ - PMA** torna público que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, na forma de execução indireta sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, que se regerá pelas normas legais e regulamentares aplicáveis, as cláusulas e condições deste Ato Convocatório e respectivos anexos que as licitantes interessadas declaram conhecer e as quais aderem incondicional e irrestritamente.

1.2 - A sessão de processamento e julgamento do Pregão será realizada no Setor de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Aperibé/RJ, situada na Rua Vereador Airton Leal Cardoso, nº 01 – Bairro Verdes Campos, Aperibé/RJ, iniciando-se às **10:00 h (dez horas) do dia 28 de junho de 2023** e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio.

1.3 - Integram este Instrumento Convocatório os seguintes anexos:

1.3.1 -**Anexo I** – Termo de Referência;

- 1.3.1.1 - **ANEXO IA** – Memorial Descritivo
- 1.3.1.2 - **ANEXO IB** – Planilha Orçamentaria
- 1.3.1.3 - **ANEXO IC** – Composições
- 1.3.1.4 - **ANEXO ID** – Cronograma Físico-Financeiro
- 1.3.1.5 - **ANEXO IE** – Composição do BDI
- 1.3.1.6 – **ANEXO IF** – Memorial de Calculo

1.3.2 -**Anexo II** – Atestado de Visita Técnica;

1.3.3 -**Anexo III** – Modelo de Declaração Relativa à Trabalho de Menores;

1.3.4 - **Anexo IV** – Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação e Inexistência de Fatos Impeditivos (**FORA DO ENVELOPE**);

1.3.5 -**Anexo V** – Modelo de Declaração de ME ou EPP, que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhuma das hipóteses enumeradas no **§4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (FORA DO ENVELOPE)**;

1.3.6 -**Anexo VI** – Modelo de Carta de Credenciamento (**FORA DO ENVELOPE**);

1.3.7 -**Anexo VII** – Declaração de Ciência – Não Visita Técnica

1.3.8 - **Anexo VIII** – Minuta de Contrato.

1.4 - **LEGISLAÇÃO PERTINENTE:** Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o Decreto nº. 1044, de 07 de março de 2007 e alterações feitas pelo Decreto nº. 1051, de 20 de abril de 2007 e Decreto 1.151, de 29 de maio de 2009, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666,



de 21 de junho de 1993 e Capítulo V, Seção Única, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 310/2009 de 08 de julho de 2009, Lei Municipal nº 805 de 27 de outubro de 2021, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, as normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, as cláusulas e condições deste Ato Convocatório e respectivos anexos, que as licitantes interessadas declaram conhecer e as quais aderem incondicional e irrestritamente.

2 – DO OBJETO

2.1 – O objeto da presente Licitação é a escolha da proposta mais vantajosa do “tipo menor preço por lote” visando a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM TROCA DE LUMINÁRIA EXISTENTE DE FATOR: MERCÚRIO, METÁLICA E SÓDIO POR LUMINÁRIA LED”**, conforme as condições e especificações contidas **NO TERMO DE REFERÊNCIA** e na **PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS – ANEXO I e II**, partes integrantes e inseparáveis deste Edital, independente de transcrição, com estrita observância de todas as exigências, prazos, especificações e condições gerais e especiais contidas neste Ato Convocatório e nos seus anexos.

3 – DO PRAZO DE FORNECIMENTO

3.1 - O prazo de vigência do Contrato será para o período de 12 (meses), contados a partir da assinatura, em conformidade com o presente Edital e seus anexos. Qualquer inobservância desta obrigatoriedade implicará em sua correção pela Contratada sem qualquer ônus para o Município, bem como na aplicação de sanções por eventuais atrasos ou qualquer outra irregularidade na execução do fornecimento.

3.2 - A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação.

3.3 - 3.3 - O prazo vertente poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação decorrente desta Licitação e assegurada à manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, conforme inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente autuado em processo.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão participar deste Pregão quaisquer empresas que:

4.1.1 – Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade compatível ao objeto deste Pregão, devendo ser comprovado pelo Contrato Social;

4.1.2 – Comprovem possuir documentos necessários de habilitação previstos neste Edital.

4.2 – Não poderão concorrer neste Pregão as empresas:

4.2.1 – Punidas, no âmbito de Administração Pública Municipal, com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

4.2.2 - Declaradas inidôneas vigente à penalidade imposta pela Administração Pública, conforme artigo 87, IV da Lei Federal nº 8.666/93;

4.2.3 - Sob regime de falência e concordata;



4.2.4 - Enquadradas na disposição do artigo 9º da Lei Federal nº8.666/93;

4.2.5 – Em consórcio ou grupo de empresas.

4.2.6 - Empresas estrangeiras **não** estabelecidas legalmente no País, nos termos do Art. 28, inciso V da Lei nº 8.666/93;

4.2.7 - Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.2.7.1- Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

5 – DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

5.1 – O preço total estimado pelo Departamento de Compras do Município para a aquisição do objeto deste Pregão é de **R\$ 758.959,84 (setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos)**, conforme os valores constantes na **PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS – ANEXO II** deste Edital.

6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – A despesa decorrente da presente aquisição correrá à conta de Programa de Trabalho e Elemento de Despesa constantes do Orçamento de 2023.

0901.1545100362.050 - 3390.39.00-175

7 – DO REAJUSTAMENTO

7.1 – Após o interregno de um ano da data de apresentação da proposta, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE do índice EMOP, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2 – Será assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, especialmente as situações elencadas na alínea d do inciso II do art. 65 do referido diploma legal.

8 – DO CREDENCIAMENTO



8.1 – As empresas participantes poderão ser representadas na sessão do Pregão por seu representante legal, munido de:

- **original e de cópia da sua carteira de identidade ou de outro documento equivalente com foto, e**
- **documento credencial** que lhe dê poderes para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recursos ou abrir mão, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao Certame.

8.1.1 – Entende-se por documento credencial:

8.1.1.1 - **Estatuto/Contrato Social**, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

8.1.1.2 - **Procuração ou Carta de Credenciamento (Anexo VI)**, com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão, firmada pelo representante legal da licitante, juntamente com o **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social**, identificando/qualificando a pessoa que assinar o documento.

8.1.2 – As Sociedades Anônimas deverão apresentar cópia da Ata da Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, que deverá evidenciar o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

8.1.3 – É vedado a um mesmo Procurador, representante legal ou credenciado representar mais de 01 (um) licitante, bem como uma empresa ser representada por mais de um credenciado, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas e/ou opção em representar uma só empresa.

8.2 - Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

8.2.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar, **fora dos envelopes, DECLARAÇÃO** de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei (**Anexo V**);

8.3 – Apresentar declaração cumprem plenamente os requisitos de habilitação e Inexistência de fatos impeditivos. (**Anexo IV**);

8.4 – Os documentos apresentados para o credenciamento **deverão estar em plena validade** e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da Imprensa Oficial. A exibição do documento original ao Pregoeiro dispensa a autenticação em Cartório.

8.5 – A documentação mencionada acima deverá ser entregue ao Pregoeiro **fora de qualquer envelope**, antes do início da sessão.

9 – DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA COMERCIAL

9.1 - No local, dia e hora previstos neste Edital, em sessão pública, a Comissão de Pregão prestará esclarecimentos sobre a condução do Certame aos interessados ou seus representantes que:

9.1.1 – Apresentarem, **de forma avulsa, a DECLARAÇÃO** de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e de não estarem impedidas de participar de Licitação e de contratar com a



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Obras

PROC. Nº	_____ / _____
FLS. Nº	_____
VISTO	_____

Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação, na forma do **ANEXO IV**, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520, de 17.07.02, e do art. 29, I, **sem inseri-la** em qualquer dos 02 (dois) envelopes mencionados abaixo;

9.1.2 – Entregarem, em envelopes opacos, com tamanho ofício, distintos “A” e “B”, devidamente lacrados e rubricados no fecho, nos termos abaixo, a proposta e os documentos exigidos para a habilitação, respectivamente constando na parte externa a razão social, CNPJ e o endereço da proponente.

9.2 – **No envelope contendo a proposta comercial:**

ENVELOPE “A”

“PROPOSTA COMERCIAL”

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2023-PMA

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

CNPJ

ENDEREÇO DA EMPRESA

9.3 – **No envelope contendo a documentação:**

ENVELOPE “B”

“DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO”

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2023-PMA

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

CNPJ

ENDEREÇO DA EMPRESA

9.4 – **Os 02 (dois) envelopes deverão estar endereçados da seguinte forma:**

Ao

SETOR DE LICITAÇÃO

A/C do Pregoeiro

Rua Vereador Airton Leal Cardoso, nº 01, Bairro Verdes Campos, Aperibé/RJ

9.5 – Após a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida sua troca.

9.6 – Todos os documentos de habilitação apresentados pelas licitantes deverão estar rubricados por seu representante legal ou preposto e numerados em sequência crescente e também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas páginas. Esta condição visa agilizar os procedimentos de conferência da documentação, **cujo desatendimento não acarretará a inabilitação da licitante.**



9.7 - Após a fase de credenciamento das licitantes, o Pregoeiro procederá à abertura das propostas comerciais, verificando preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório e seus anexos, com a consequente divulgação dos preços ofertados pelas licitantes classificadas.

9.8 – No caso excepcional de a Sessão do Pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

10 - DA PROPOSTA COMERCIAL

10.1- As licitantes deverão apresentar suas propostas comerciais dentro do envelope A contendo:

10.1.1 - Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária ANEXO I -B;

10.1.1.1. Nos preços cotados deverão estar incluídos custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

10.1.1.2. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

10.1.2 – Cronograma físico-financeiro, conforme modelo ANEXO I-D;

10.1.2.1 - O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico do serviço.

10.1.3- Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo ANEXO I-E;

10.1.3.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto do serviço, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

10.1.3.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

10.1.3.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

10.1.3.4. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS podem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Obras

PROC. Nº	_____ / _____
FLS. Nº	_____
VISTO	

10.2 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega das mesmas. É facultado ao Município, quando o interessado não assinar o termo de Contrato ou não aceitar retirar o Instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.3 – Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das Propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

10.4 - Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10.5 - As propostas comerciais que atenderem aos requisitos deste Edital serão verificadas pelo Pregoeiro quanto aos erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:

10.5.1 - Se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, prevalecerá o valor unitário;

10.5.2 - Se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação e divisão, será considerado o resultado corrigido.

10.5.4 - Caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta comercial será desclassificada.

10.6 - As licitantes declaram aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

10.7 - No preço apresentado pela licitante, deverão estar computados todas as despesas incidentes, ônus e custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, tributos, encargos sociais, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal, previdenciária e comercial, bem como as relativas à legislação civil, indispensáveis à perfeita execução do objeto.

10.8 – A licitante deverá cotar todos os itens, sob pena de desclassificação da proposta.

10.9 - O licitante declarado vencedor deverá apresentar no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do término da sessão ou julgamentos dos recursos, PLANILHA READEQUADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS, a critério do licitante, respeitado como limite máximo o valor global final ofertado, desde que os preços unitários finais sejam menores ou iguais aos preços unitários da proposta inicial;

10.9.1 – Para apresentação da Proposta Final será necessária apresentação das composições dos custos, conforme ANEXO IC.

10.9.2 – A empresa que não cumprir ao prazo estipulado no item 10.9 será desclassificada, sendo aberto o envelope de documentos de habilitação da próxima colocada e solicitada a planilha com a composição dos custos da mesma, e assim por diante.

10.9.3 – A não apresentação de proposta readequada constitui inexecução total do contrato, sendo aplicadas as sanções inerentes a esse.

11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Obras

PROC. Nº _____ / _____
FLS. Nº _____
VISTO _____

11.1 - No dia, horário e local mencionados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro declarará aberta a sessão para o processamento e julgamento do Pregão, iniciando-se os trabalhos com o credenciamento dos interessados.

11.2 – Depois do credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro as eventuais **DECLARAÇÕES** de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) informando que ostentam essa condição e que não se enquadram em nenhuma das hipóteses enumeradas no **§4º do artigo 3º da Lei Complementar nº123/2006**, e, ainda, a **DECLARAÇÃO** de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de fatos impeditivos, bem como os 02 (dois) envelopes distintos e lacrados referentes à proposta comercial (Envelope “A”) e os documentos para habilitação (Envelope “B”).

11.2.1 - É terminantemente vedado ao licitante o direito de trocar envelopes após sua entrega ao Pregoeiro.

11.3 - Ultrapassada a etapa anterior, estará findado o credenciamento e, por conseguinte, a possibilidade de admissão de novos participantes no Certame. O Pregoeiro dará início à abertura dos envelopes (Envelope “A”) com as propostas de preços inclusas.

11.4 - Os envelopes (Envelope “B”) contendo a documentação referente à habilitação serão conservados intactos sob a guarda do Pregoeiro durante todo o julgamento referente às propostas de preços apresentadas.

11.5 - O Pregoeiro procederá à análise das propostas apresentadas, desclassificando as desconformes e incompatíveis que alterem, descaracterizem ou desatendam às especificações do objeto, independentemente do preço que ofertem as elaboradas em desacordo com os termos do presente Edital e seus anexos ou que contrariem as normas legais vigentes.

11.6 - O Pregoeiro procederá à devida correção da proposta que apresentar erros aritméticos, de soma e/ou multiplicação, mantendo-se sempre o preço unitário ofertado e a quantidade indicada.

11.6.1 - A licitante que não aceitar as correções que porventura venham a ser realizadas terá sua proposta desclassificada.

11.7 - Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que não tenha valor simbólico, irrisório ou igual a zero, observados o prazo máximo de fornecimento, as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste Edital.

11.8 - Serão qualificados pelo Pregoeiro para ingresso na fase dos lances o autor da menor proposta e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) a de menor preço.

11.9 - Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro proclamará a qualificação preliminar das licitantes até o máximo das 03 (três) melhores propostas, para oferecer novos lances verbais e sucessivos conforme disposto no **artigo 4º, incisos VIII e IX da Lei Federal nº 10.520/02**.

11.10 - Não caberá desistência da proposta após abertura do envelope, nem retratação ou desistência de lance após registro pelo Pregoeiro, sujeitando o licitante às sanções previstas neste Edital, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

11.11 - Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances ou, conforme o caso, adotados os procedimentos destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte.

11.12 - O representante legal ou credenciado da licitante, não poderá, sem autorização expressa do Pregoeiro, se ausentar da sessão de processamento e julgamento do Pregão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Obras

PROC. Nº	_____ / _____
FLS. Nº	_____
VISTO	

11.12.1 - A ausência do representante legal ou credenciado da licitante durante a sessão de processamento e julgamento do Pregão implicará na desistência da prática de atos futuros, inclusive de possível recurso.

11.12.2 - Os atos praticados, inclusive a apresentação da proposta escrita e os lances ofertados anteriores a ausência do representante legal ou credenciado da licitante durante a sessão de processamento e julgamento do Pregão, continuarão válidos.

11.13 - O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para aumento dos lances, mediante prévia comunicação às licitantes e expressa menção na Ata da Sessão.

11.14 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante que apresentar a proposta com menor preço para torná-la mais vantajosa à Administração, devendo a negociação se dar em público e formalizada em Ata.

11.15 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado por ela, para efeito de ordenação das propostas.

11.16 - A fase competitiva se encerrará quando, convocados pelo Pregoeiro, todas as licitantes manifestarem desinteresse em apresentar novos lances verbais.

11.17 - Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao Pregoeiro decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade, vedada a aceitação de propostas, cujo preço global seja **superior ao estimado na Planilha de Quantitativo e Preço Unitário - Anexo II**.

11.18 - Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

11.19 - Caso a licitante vencedora desatenda às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes na ordem da classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta e o atendimento das exigências de habilitação, até que uma licitante cumpra as condições fixadas neste Edital, conforme dispõe o **artigo 4º, XV da Lei Federal nº 10.520/02**, sendo o objeto do Certame a ela adjudicado quando constatado o desinteresse das demais licitantes na interposição de recursos.

11.20 - Se todos os licitantes tiverem suas propostas desclassificadas, a Administração poderá fixar às empresas o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas que atendam ao objeto deste Edital, conforme preceitua o §3º do art.48 da Lei nº 8.666/93.

11.22 – O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação das demais licitantes até a retirada do empenho pela adjudicatária, devendo as referidas licitantes retirá-los no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir dessa data. Expirado esse prazo, os envelopes serão destruídos.

11.23 – Nas fases de julgamento das propostas e de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.24 – O exame da inexecutabilidade da proposta observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666, de 1993.

11.24.1 – Caso a licitante não atenda ambos os parâmetros estabelecidos no item 11.24, será facultado ao licitante o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas para comprovar a viabilidade dos



preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

12 - MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

12.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para utilizarem das prerrogativas estabelecidas na **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, deverão, por ocasião do credenciamento, apresentar, **separadamente e fora dos envelopes** de documentos para habilitação e proposta de preço, **DECLARAÇÃO** de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhuma das hipóteses enumeradas no **§4º do artigo 3º do citado diploma legal**.

12.2 - Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (**artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006**).

12.2.1 - Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço.

12.3 - Havendo empate na forma da cláusula anterior, serão adotados os seguintes procedimentos:

12.3.1 – A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do **art. 44 da Lei complementar nº 123/2006**, com preços iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, de acordo com o estabelecido no **§ 3º do art. 45 da Lei Complementar nº 123/06**;

12.3.2 – Não ocorrendo a apresentação da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas, na ordem classificatória, as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese acima, para o exercício do mesmo direito;

12.3.3 - Existindo igualdade dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se defina aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.4 - Caso não se viabilize a contratação de acordo com os procedimentos estabelecidos nas cláusulas anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do Certame.

13 – DA HABILITAÇÃO

13.1 – Sob pena de inabilitação e consequente eliminação automática desta Licitação, a licitante deverá incluir documentos e as Certidões previstas neste item no envelope “**B**”, com o título “**DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**”, devidamente fechado e identificado, conforme indicado neste Edital, que comprovem as exigências do **artigo 4º, inciso XIII da Lei Federal nº 10.520/02**, conforme abaixo:

13.2 – Da Habilitação Jurídica

13.2.1 – Carteira de identidade e CPF dos sócios;



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Obras

PROC. Nº _____ / _____
FLS. Nº _____
VISTO _____

13.2.2 - Registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária;

13.2.3 – Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;

13.2.4 – Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração;

13.2.4.1 – Caso os responsáveis não constem no Contrato Social, documento que indique responsabilidade pela administração.

13.2.5 – No caso de Sociedades Anônimas, cópia da Ata da Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei nº 6.404/76 e suas alterações;

13.2.6 – Cópia do Decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.

13.3 – Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

13.3.1 – Prova da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

13.3.2 – Prova da inscrição no Cadastro de Contribuições Municipal, conforme o caso pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

13.3.3 – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.3.4 – Prova de regularidade relativa ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), em vigor, expedida pela Caixa Econômica Federal, em pleno prazo de validade;

13.3.5 - Certidão Negativa de Débitos Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, em pleno prazo de validade;

13.3.5.1 – Para as empresas sediadas no Estado do Rio de Janeiro, a Certidão Negativa de Débitos Estadual só será válida acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida por órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER Nº 33/2004.

13.3.6 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais expedida pela Secretaria de Fazenda do Município onde a empresa for sediada;

13.3.7 – Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro, o (s) documento (s) emitidos (s) pelas Fazendas Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou da sede da licitante, em pleno prazo de validade, deverá (ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar (em) acompanhado (s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário;



13.3.8 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho em pleno prazo de validade

13.4 – Da Declaração Relativa a Trabalho de Menores

13.4.1 – **DECLARAÇÃO** firmada pela licitante nos termos do modelo que integra o **ANEXO III** deste Edital, expressando não empregar menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz em cumprimento ao disposto inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02.

13.5 -Da Qualificação Técnica

13.5.1 - Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) em plena validade.

13.5.1.1 - Sendo a licitante de outro estado da federação, se sagrando vencedora do certame, será necessário o visto do CREA/RJ ou outro que o substitua para fins de assinatura do contrato.

13.5.2 - Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação **de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT)**, expedida pelo CREA, ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, comprovando atividade pertinente e compatível em características semelhantes com o objeto desta licitação. Observando a parcela de maior relevância:

I - Manutenção de iluminação pública ou implantação de luminária de led em rede iluminação pública.

13.5.2.1 - Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, comprovando através de: certidão de registro na Entidade profissional; o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura assinado pelo responsável(is) técnico(s), caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

13.5.3 - **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA – (ANEXO II)**, firmado pelo servidor municipal encarregado de acompanhar os Responsáveis das firmas interessadas que vistoriaram o local dos serviços, tendo tomado conhecimento de todas as condições onde os mesmos serão realizados. A visita será realizada em conformidade com o estabelecido no item 13.5.3.1 deste Edital, porém, a mesma poderá ser dispensada mediante apresentação de **DECLARAÇÃO** por parte da licitante em abster-se da visita técnica e que conhece as condições locais para execução do objeto (**ANEXO VII**).

13.5.3.1 Da Visita Técnica

I) As empresas interessadas em participar desta Licitação poderão realizar visita técnica ao local de execução dos serviços, procedimento que visa conferir a licitante o reconhecimento do objeto a ser executado, sua localização e particularidades.

II) As visitas deverão ser agendadas junto ao Setor de Fiscalização/Engenharia da Prefeitura Municipal de Aperibé/RJ, pelo telefone (22) 99940-8569 – Egon Zanon com antecedência de até 02 (dois) dias e realizadas (em dias úteis e no horário das 9:00 às 16:00 horas) até o penúltimo dia (útil) que antecede a data de abertura das propostas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Obras

PROC. Nº _____ / _____
FLS. Nº _____
VISTO _____

III) A visita deverá ser realizada pelo Responsável da empresa, sendo obrigatória a apresentação, no ato da visita, de documento de identificação e do formulário ATESTADO DE VISITA TÉCNICA - ANEXO II deste Edital, a ser subscrito pelo representante técnico do MUNICÍPIO DE APERIBÉ/RJ, que será exigido para efeito de HABILITAÇÃO neste Certame;

IV) As despesas da visita, bem como as demais na fase de elaboração da proposta, correrão por conta da empresa interessada, sem qualquer direito à indenização, reembolso ou compensação a qualquer título;

V) Justifica-se necessário tal procedimento, pois, visa conferir à licitante o reconhecimento dos serviços a serem executados, sua localização geográfica e particularidades, salvaguardando a Municipalidade de eventuais questionamentos futuros, porém, a mesma poderá ser dispensada mediante apresentação de DECLARAÇÃO por parte da licitante em abster-se da visita técnica e que conhece as condições locais para execução do objeto;

VI) É de inteira responsabilidade da licitante a verificação in loco das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser invocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Portanto, a empresa que não realizar a visita técnica, assumirá total responsabilidade pela não realização da visita e não poderá se utilizar desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejarem avenças técnica ou financeira que venha onerar a Administração.

13.6 – **Da Qualificação Econômico-Financeira**

13.6.1 – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

13.6.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta

13.6.2.1 - No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

13.6.2.2 - É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

13.6.3 - A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



13.6.3.1 -As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

13.7– Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

13.7.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar, mediante inclusão no Envelope “B” (Documentos para Habilitação), os documentos de regularidade fiscal ainda que haja alguma restrição, nos termos do **artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006**.

13.7.1.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste Edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste Certame o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeitos negativos;

13.7.1.2 – A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste Edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação para a assinatura do Contrato, ou revogar a Licitação.

13.8 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da Administração Municipal ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

13.9 - As autenticações dos documentos apresentados através de fotocópia poderão ser realizadas pelo Pregoeiro ou pelos Membros da Equipe de Apoio, no momento da abertura dos envelopes de habilitação, desde que acompanhados dos documentos originais que comprovem a conformidade da cópia produzida.

13.9.1 - Os documentos originais serão devolvidos ao representante da licitante após sua conferência e verificação.

13.10 - O documento que não informar sua validade deverá ser expedido no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data designada para a sessão de processamento e julgamento do Pregão.

13.11 – Em hipótese alguma serão aceitos protocolos de requerimentos ou solicitação de Certidões junto aos órgãos competentes em substituição aos documentos exigidos neste Edital.

13.12 - Caso a licitante seja isenta de alguma inscrição, contribuição, imposto, taxa ou tributo, deverá, obrigatoriamente, fazer prova através de Certidão devidamente emitida pelo órgão competente informando tal isenção.

13.13 - Os documentos comprobatórios exigidos para habilitação das licitantes deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo do presente Edital.

13.14 - Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, observando-se os seguintes critérios:

13.14.1 - Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;



13.14.2 - Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

13.14.3 - Serão dispensados de apresentação os documentos da filial, aqueles que comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz.

13.15 – Se todos os licitantes forem inabilitados, a Administração poderá fixar às empresas o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação que atendam a este Edital, conforme preceitua o §3º do art.48 da Lei nº 8.666/93.

14 – DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em Ata da síntese das suas razões, desde que munida de Carta de Credenciamento ou Procuração com poderes específicos para tal. As licitantes poderão interpor recurso no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões por igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, conforme o **artigo 4º, XVIII da Lei Federal nº 10.520/02**.

14.2 – A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto da Licitação ao vencedor, nos moldes do **artigo 4º, XX da Lei Federal nº 10.520/02**.

14.3 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, de acordo com o **artigo 4º, XIX da Lei Federal nº 10.520/02**.

14.4 – Os recursos e contrarrazões interpostos pelas licitantes deverão ser protocolados no Setor de Protocolo do Município de Aperibé/RJ, situado à **Rua Vereador Airton Leal Cardoso nº 01 – Bairro Verdes Campos – Aperibé/RJ**, das 12 h às 17h, diariamente, exceto aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos, na forma e no prazo estabelecido nesse Edital.

14.4.1 – Os recursos interpostos serão disponibilizados através do site www.aperibe.rj.gov.br/site/licitacoes.

14.5 - Não serão aceitas as apresentações das razões e contrarrazões de recurso por intermédio de *fac-símile ou e-mail*.

14.6 – O efeito do recurso será suspensivo.

14.7 – O item para o qual não for interposto recurso poderá ser desde logo adjudicado à empresa vencedora.

14.8 – Não havendo manifestação das licitantes em interpor recurso o Pregoeiro adjudicará o objeto da Licitação ao vencedor e encaminhará o processo à Autoridade competente para deliberar quanto à homologação da Licitação.

14.9 – Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos a Autoridade Superior, por intermédio de quem praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, na forma preconizada no **§4º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93 c/coartigo 4º, XVIII da Lei Federal nº 10.520/02**.

14.10 – Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade competente, adjudicará o objeto do Certame à licitante vencedora e homologará a Licitação, conforme **artigo 4º, XXI e XXII da Lei Federal nº 10.520/02**.

15 - DAS SANÇÕES



15.1 – No caso de descumprimento total ou parcial das condições desde Edital pela Contratada, ressalvados os casos fortuitos e de força maior, devidamente comprovados, garantida a sua ampla defesa e contraditório no respectivo processo, o Município de Aperibé/RJ, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da Lei Civil, aplicará à Contratada, conforme o caso, **as penalidades previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93** e suas regulamentações e, em especial, as seguintes sanções:

15.1.1 - **Advertência**, nas hipóteses de execução irregular desde que não gere algum prejuízo;

15.1.2 – **Da multa por descumprimento do Contrato**: em caso de inexecução total do Contrato por parte do Contratado, fica desde já estipulada uma multa contratual de 20% (vinte por cento) do valor global licitado, além de perdas e danos que por ventura tenha causado à Contratante;

15.1.3 - Em caso de inexecução parcial do Contrato, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem anterior, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida pelo Contratado;

15.1.4 - **Suspensão temporária** de participação em Licitação e impedimento de contratar com o **Município de Aperibé/RJ**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo garantido o princípio do devido processo legal, ampla defesa e o crivo do contraditório;

15.1.5 - **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

15.2 - A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo ao interesse da execução do fornecimento do objeto.

15.3 - As penalidades de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa, sendo assegurada à Contratada a defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa.

15.4 - As perdas e danos decorrentes de culpa ou dolo da Contratada serão ressarcidos ao Município de Aperibé/RJ no prazo máximo de **03 (três) dias**, contados de notificação administrativa, sob pena de multa de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso.

15.5 – As multas previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que o Município de Aperibé/RJ rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

15.6 – As multas previstas neste Edital e aplicadas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias a contar da correspondente notificação e poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município de Aperibé/RJ à **CONTRATADA** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.7 – A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito do Município de Aperibé/RJ de rescindir o Contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.8 – A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos dos 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores mantido pela Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos,



sem prejuízo das multas previstas nesse Edital, no Contrato e da aplicação das demais cominações legais.

15.9 - Constituem motivos para rescisão do Contrato, por ato unilateral do Contratante, os elencados no artigo 78, I ao XII e XVII da Lei Federal nº 8.666/93, mediante decisão fundamentada, assegurados o contraditório, a defesa prévia e ampla defesa, acarretando para a Contratada, no que couberem, as consequências previstas no **artigo 80 do mesmo diploma legal**, sem prejuízo das sanções estipuladas em Lei e neste Edital.

16 – DO INSTRUMENTO DE AJUSTE

16.1 - Integra o presente Edital, sob a forma do **Anexo VIII**, a Minuta do Contrato, cujas disposições disciplinarão as relações entre o Município e a Adjudicatária.

16.2 – O Contrato decorrente da presente Licitação regular-se-á pelas suas próprias cláusulas e condições, reger-se-á pelas Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, vincular-se-á a este Edital e sujeitar-se-á as normas de Direito Público, aplicando-se-lhe somente supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

16.3 – A Prefeitura Municipal de Aperibé/RJ poderá unilateralmente, desde que por motivos de interesse público relevante ou conveniência administrativa, sempre devidamente justificada, rescindir o Contrato, mediante comunicação, sem que tal fato gere qualquer direito ao Contratado, ressalvada as hipóteses constantes nos art. 59, parágrafo único e 65, § 4º, ambos da Lei nº 8.666/93.

16.4 – A Prefeitura Municipal de Aperibé/RJ, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da apresentação da proposta, convocará a vencedora do Certame para retirada da nota de empenho no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

16.5 – A convocação a que se refere o subitem anterior far-se-á através de comunicação endereçada diretamente ao licitante vencedor, dentro do prazo de validade de sua proposta.

16.6 – O prazo estabelecido no documento da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte durante o seu transcurso e se acolhidas pela Administração as justificativas apresentadas.

16.7 – Para retirada do empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste Edital.

16.8 – A recusa injustificada do adjudicatário em retirar a nota de empenho, até 05 (cinco) dias úteis após sua convocação, caracterizará o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, e facultando a Prefeitura Municipal de Aperibé/RJ convocar as licitantes remanescentes, obedecendo à ordem de classificação, ou revogar a Licitação.

16.9 – Será vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Edital.

16.10 – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderá ser aplicada ao Contratado, sempre facultado a defesa prévia, cumulativamente, as sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

17 - DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

17.1 - Executado o Contrato, o seu objeto será recebido:



17.1.1 – Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado (Art. 73, I, “a” Lei 8.666/93).

17.1.2 – Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93 (Art. 73, I, “b” Lei 8.666/93).

17.2 - O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com o Contrato, conforme o artigo 76 da Lei Federal nº8.666/93.

17.3 - A adjudicatária é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da Licitação, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento do objeto ou má qualidade dos materiais.

17.4 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento, nem ética profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo Contrato.

18 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1 – Os serviços deverão ser executados após a assinatura do contrato e a retirada da Nota de Empenho, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Obras, nas redes de iluminação pública do Município.

18.1.1 - A trocas de luminárias existentes de mercúrio, metálica e sódio por luminária led ocorrerão durante o serviço de manutenção, somente sendo em razão de defeitos.

18.2 - No preço apresentado deverão estar inclusos todos os custos necessários para a prestação do serviço, incluindo o fornecimento de todo o material utilizado, toda a despesa com manutenção do veículo e toda despesa com funcionários.

18.3 - A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação.

18.4 – Executado o serviço, o seu objeto será recebido provisoriamente por servidor ou Comissão especialmente designada pela Autoridade Competente, para efeito e posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação e definitivamente, da mesma forma, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço com a especificação, nos termos do Art. 73, da Lei Federal nº 8.666/93.

18.5 - Caso insatisfatório as verificações, lavrar-se-á um Termo de Recusa, no qual se consignarão desconformidades com as especificações. Nessa hipótese, o objeto será rejeitado, devendo ser substituído o material ou refeito o serviço em até 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação à licitante vencedora, quando se realizarão novamente as verificações para aceite.

18.6 - Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, ou caso o novo material ou serviço também seja rejeitado estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega, sujeito a aplicação de sanções.

18.7 - A vencedora compromete-se a dar total garantia dos materiais fornecidos e dos serviços prestados, bem como efetuar a substituição ou refazer o serviço, totalmente às suas expensas se os materiais utilizados ou mão de obra realizada estiverem em desacordo com este Edital, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Obras

PROC. Nº	_____ / _____
FLS. Nº	_____
VISTO	

18.8 - O transporte e a utilização dos materiais objetos deste Edital são de responsabilidade DO CONTRATADO, incluindo ainda, a responsabilidade pela documentação fiscal e frete.

18.9 - Correrão por conta da licitante vencedora todas as despesas de tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação do serviço.

18.10 - O prazo mínimo de validade/garantia dos materiais deverá ser de 12 (doze) meses, salvo os materiais com prazo de validade/garantia inferior estabelecido por Lei. Se o prazo de validade/garantia for inferior **e/ou expire dentro deste período, a empresa vencedora deverá efetuar troca sem nenhum ônus adicional ao Município de Aperibé.**

18.14 – Fornecer mão de obra especializada na execução dos serviços.

18.15 – O tipo de empenho será o Global.

19 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1 O pagamento da prestação de serviços dar-se-á a vista após o recebimento definitivo.

19.2 – A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva na Secretaria de Finanças e Planejamento, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

19.3– Os documentos fiscais de cobrança, deverão ser emitidos nos seguintes dados:

Prefeitura Municipal de Aperibé-RJ

Rua Vereador Airton Leal Cardoso Nº01 – Bairro Verdes Campos - Aperibé- RJ

CEP: 28.495-000

Inscrição Estadual: Isenta

CNPJ: 36.288.900/0001-23

19.4– O pagamento será efetuado mensalmente, em até 30 (trinta) dias, com base no quantitativo, e depois de analisada pelo setor técnico competente, providenciando o atesto e o visto para fins de pagamento. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

19.5– Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da PMA-RJ, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

19.6– O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa da (o) Ordenador (a) de Despesa da PMA-RJ, em processo próprio.

19.7 - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

19.8 – As Certidões do INSS e FGTS deverão estar em vigência na fase de liquidação e do pagamento.

19.9 – Havendo empenhos, incluídos na ordem cronológica de pagamento, a frente do respectivo documento desse processo administrativo de compras de bens e ou serviços, o pagamento da despesa, devidamente liquidada, será inscrita na ordem sequencial para ocorrência do crédito em conta corrente indicada para transferência do valor liquidado.



19.10 – A verificação de inexistência de débitos com a Fazenda Municipal do Município de Aperibé, é condição essencial para a inscrição do credor na lista cronológica de pagamento.

19.11 - O pagamento de eventuais itens novos ou não previstos deverá ser feito com base no custo unitário constante do Sistema EMOP, acrescido de BDI estabelecido pela administração no orçamento base e aplicando-se o desconto inicialmente obtido na licitação. Os itens novos não constantes no Sistema EMOP terão seus preços limitados aos custos indicados nos sistemas de orçamentação de obras (SICRO/SINAPI/SCO/PINI/SBC) ou, em caso de inexistência nestes, ao menor preço obtido junto a três fornecedores especializados, acrescidos do BDI estabelecido pela administração no orçamento base e aplicando-se o desconto inicialmente obtido na licitação.

20 – DAS CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

20.1 – Os documentos exigidos nesta Licitação deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados ou impressos em papel timbrado da licitante, registrando o número desta Licitação e estar datado e assinado por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido. A exibição do documento original ao Pregoeiro dispensa a autenticação em Cartório.

20.1.1 - Os documentos com assinatura digital, deverão ser disponibilizados pela licitante em sua versão digital para que sejam conferidos através Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

20.2 – O esclarecimento de dúvidas e informações sobre o presente Edital poderá ser requerido, por escrito, através do e-mail licitacaoaperibe@gmail.com, ou no Setor de Licitações, situado na Rua Vereador Airton Leal Cardoso, nº 01, Bairro Verdes Campos, no Município de Aperibé/RJ, das 12 às 17 h, diariamente, exceto aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada neste Edital para recebimento das propostas.

20.2.1 - Não sendo solicitadas informações e/ou esclarecimentos, presumir-se-ão que os elementos constantes do presente Edital e seus anexos são suficientemente claros e precisos para a participação das interessadas no Pregão.

20.3 - A fiscalização e o recebimento do objeto da Licitação caberão a Secretaria Municipal de Obras, a quem a empresa vencedora deverá apresentar-se imediatamente após a retirada da nota de empenho.

20.4 - A Contratada manterá, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas, conforme determina o **artigo 55, XIII da Lei Federal nº 8.666/93**.

20.5 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, conforme **artigo 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93**.

20.6 - Na hipótese dos documentos que originalmente deveriam vir de forma avulsa, estar dentro de algum envelope, o Pregoeiro dará a possibilidade ao licitante de o abrir retirá-los e serem entregues fora de qualquer envelope.

20.7 - Comprovado que os preços inicialmente registrados se tornaram superiores aos praticados no mercado, o órgão gerenciador convocará a empresa vencedora visando à negociação para redução e consequente alteração de preço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Obras

PROC. Nº	/
FLS. Nº	
VISTO	

20.8 - A Contratada fica obrigada a trocar, às suas expensas, o serviço que vier a ser recusado, certo que o recebimento provisório não importa sua aceitação definitiva. E ainda, é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, conforme determina o **artigo 69 da Lei Federal nº 8.666/93**.

20.9 - A Contratada é responsável pelos ônus, obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, bem como as relativas às legislações civil e criminal. A inadimplência da Contratada com referência a esses encargos, não transferem ao Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

20.10 - O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato.

20.11 - Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores ou via correios que não estejam munidos dos documentos de credenciamento. Entretanto, a ausência desta documentação implicará a impossibilidade de formulação de lances após a classificação preliminar, bem como a perda do direito de manifestar a intenção de recorrer das decisões do Pregoeiro, ficando o representante da licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

20.11.1- Os licitantes nesta condição deverão apresentar as seguintes declarações **fora** do envelope de habilitação e proposta, sob pena de serem impedidos de participar do certame: contrato social, **Anexo IV** – Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação e Inexistência de Fatos Impeditivos.

20.11.2 – Para as ME ou EPP apresentar a seguinte declaração fora do envelope de habilitação e proposta sob pena de não serem enquadradas e perderem o direito devidos as mesmas: **Anexo V** – Modelo de Declaração de ME ou EPP

20.12 - A adjudicação do objeto à empresa vencedora e a homologação do resultado da Licitação não implicarão direito à contratação.

20.13 – As impugnações interpostas deverão ser entregues no Setor de Protocolo, localizado no Prédio da Prefeitura Municipal de Aperibé/RJ, situado na Rua Vereador Airton Leal Cardoso, nº 01, Bairro Verdes Campos, no Município de Aperibé/RJ, das 12 às 17 h, diariamente, exceto aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos, e serão dirigidas ao Pregoeiro e Equipe de Apoio até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada neste Edital para recebimento das propostas.

20.14 – Caberá ao Pregoeiro responder, antes da realização da sessão de processamento e julgamento do Pregão, às impugnações interpostas pelas potenciais licitantes, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados.

20.15 – É facultado ao Pregoeiro e à Autoridade Superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado diante dos requisitos previstos neste Edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta ou da documentação de habilitação, nos termos do **artigo 43, §3º da Lei Federal nº 8.666/93**.

20.16 – A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta Licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o Certame se constatado ilegalidade, nos termos do **artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93**.

20.17 - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o **artigo 49, §3º da Lei Federal nº 8.666/93**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Obras

PROC. Nº _____ / _____
FLS. Nº _____
VISTO _____

20.18 – Ocorrendo adiamento, revogação ou anulação do Certame, a decisão será publicada no Diário Oficial da AEMERJ.

20.19 – Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do **§2º do art. 18E, da Lei Complementar nº 123/06**.

20.20 - Da sessão pública do processamento e julgamento do Pregão, será lavrada Ata circunstanciada, na qual serão registrados os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Membros da Equipe de Apoio e pelos representantes legais e credenciados presentes.

20.21 - As normas disciplinadoras desse Certame serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

20.22 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

20.23 - Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente na Administração Municipal.

20.24 - A Autoridade competente poderá, a qualquer momento, desclassificar proposta e/ou inabilitar licitantes, que mediante despacho fundamentado, não cabendo direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso tenha conhecimento de qualquer circunstância anterior ou posterior ao julgamento da Licitação, que desabone de alguma forma suas condições.

20.25 - Nos casos de rescisão previstos no **artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93**, a Contratada sofrerá no que couber, as consequências indicadas no **artigo 80 do mesmo diploma legal**, sem prejuízo das sanções previstas em Lei e neste Ato Convocatório.

20.26 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio.

20.27 – A **PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ/RJ** e as licitantes do Certame elegem o foro do Município de Santo Antônio de Pádua/RJ para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente Edital.

Aperibé/RJ, 13 de junho de 2023.

Marcos Antônio Lopes Batista
Secretário Municipal de Obras
Mat. 5213